



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

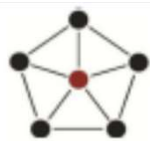
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

RESOLUÇÃO CNJ Nº 551/2024



JUNHO/2024



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



ATO NORMATIVO DO CNJ

► RESOLUÇÃO CNJ Nº 194/2014 - Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.

ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CNJ Nº 551/2024:

Art. 7º A fim de garantir a concretização dos objetivos da Política Nacional de Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição:

I – os tribunais deverão destinar recursos orçamentários para o desenvolvimento de programas, projetos e ações vinculados à Política, devidamente identificados na proposta orçamentária



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



ATO NORMATIVO DO CNJ

► RESOLUÇÃO CNJ Nº 195/2014 - Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Art. 1º A distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, a contar do orçamento para o exercício de 2015, obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. A disposição contida no caput não se aplica à Justiça Eleitoral (Incluído pela Resolução nº 259, de 11.9.18)



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



MODELO DE PROGRAMAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

- o modelo atual adotado pelo TSE não destaca na Lei Orçamentária Anual – LOA a alocação de recursos específicos para atendimento do 1º grau.
- as demandas dos cartórios eleitorais são contempladas no orçamento geral deste Regional, por meio dos lançamentos feitos, no período de captação da proposta orçamentária, pelas Secretarias responsáveis por cada área de atuação.



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE

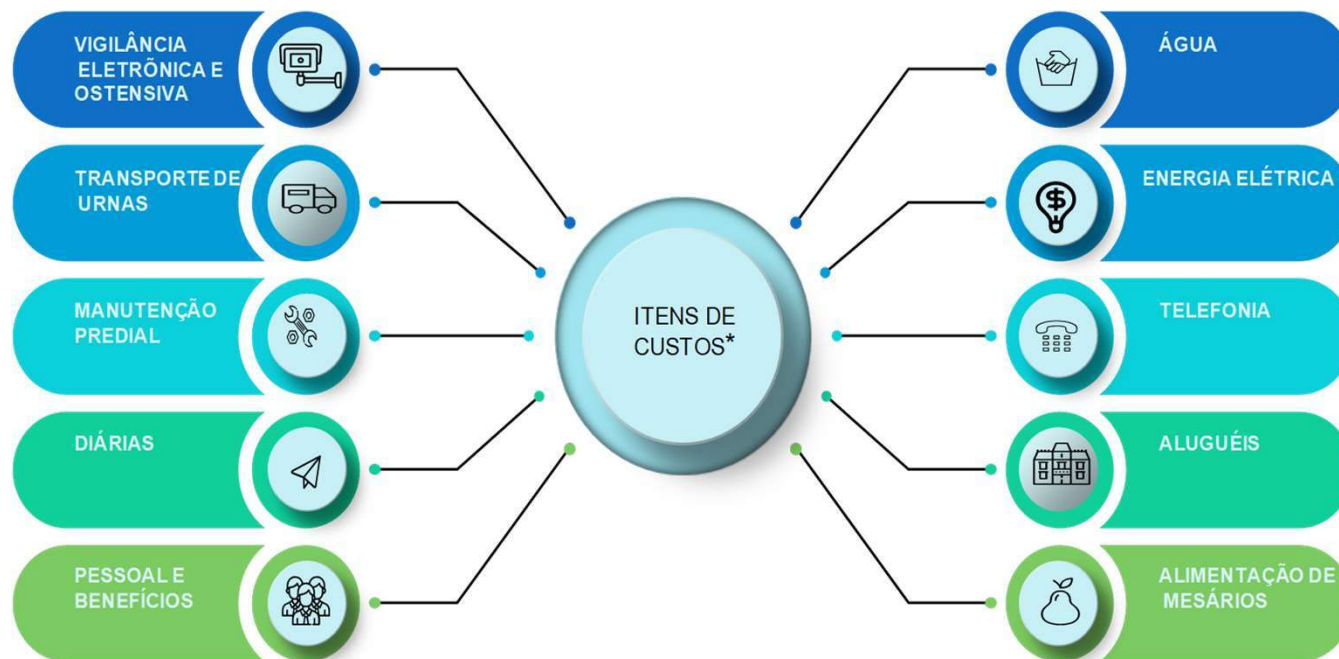
- ▶ embora não haja um detalhamento expresso na LOA, a destinação de recursos para o 1º grau fica evidente no Relatório Integrado de Gestão de Custos deste Tribunal;
- ▶ em 2023, o 1ª grau consumiu 56% do orçamento total do TRE-SP;
- ▶ em 2022, o 1ª grau consumiu 65% do orçamento total do TRE-SP, em razão dos custos das Eleições 2022.



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE



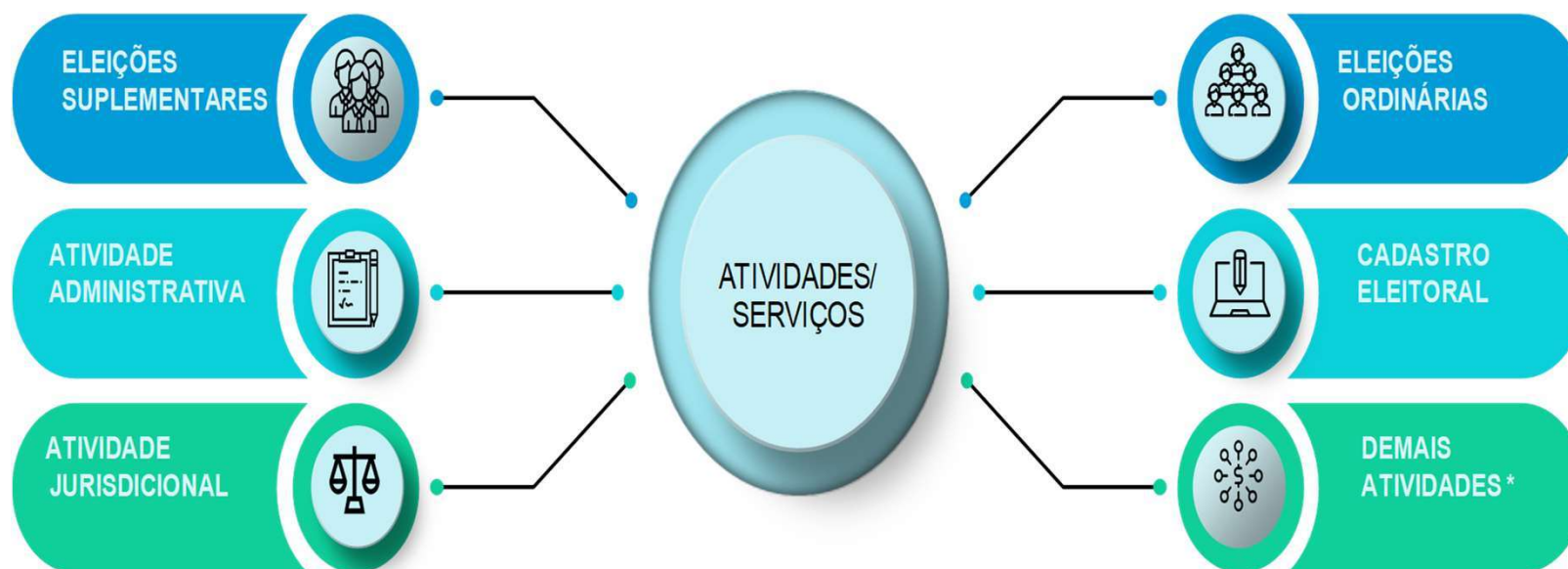
*Atualmente são 48 itens de custos



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE



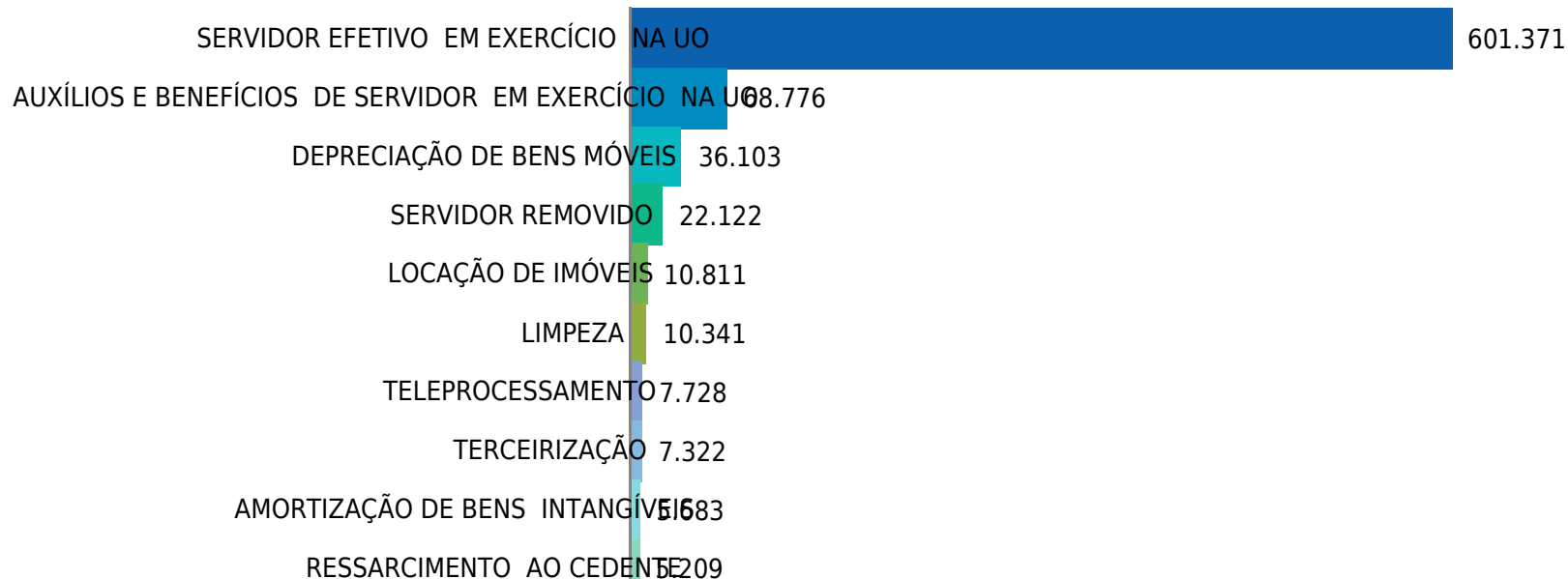


COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE - 2023

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



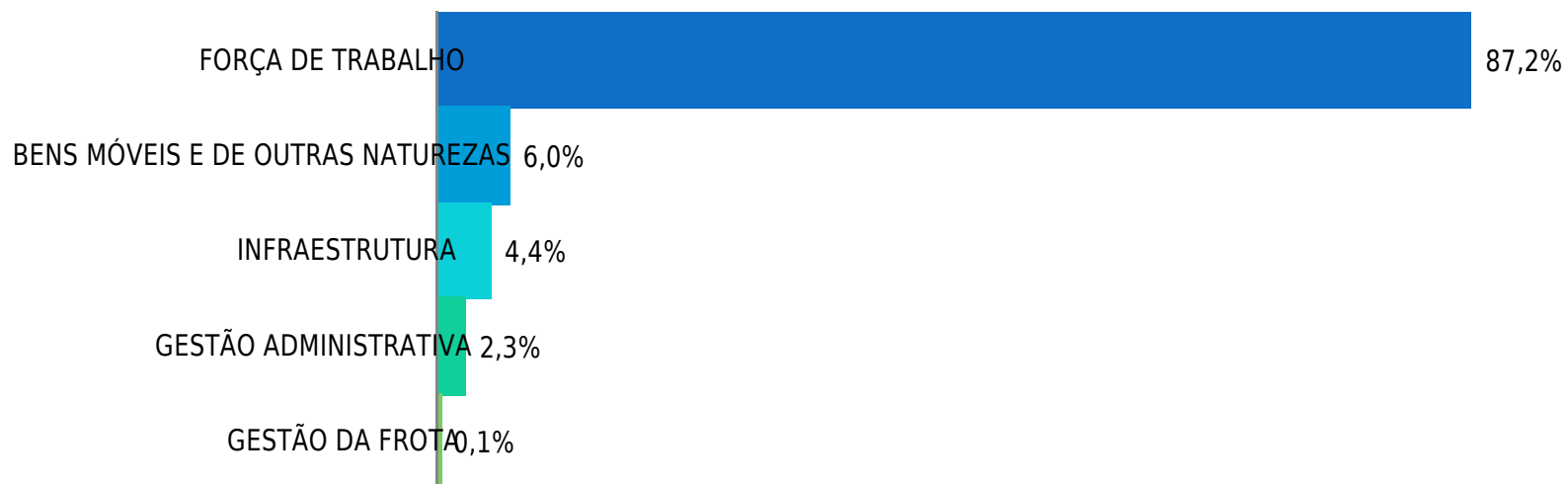


COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE - 2023

Custos por subgrupos (em %)



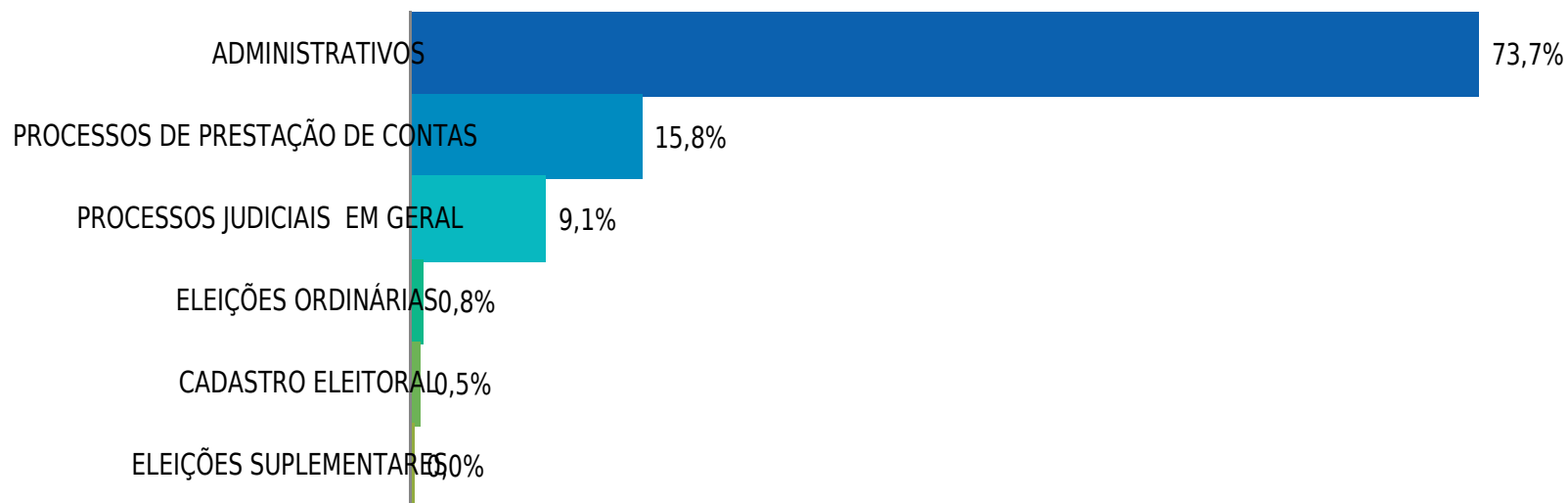


COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE - 2023

Custos por Atividades/ Serviços (em %)





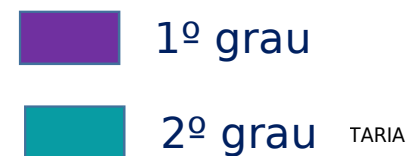
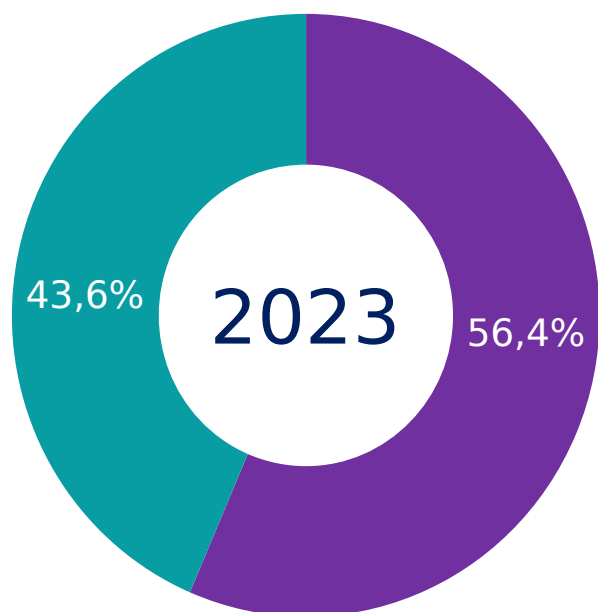
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO DE CUSTOS DA JE

o (em %)

EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA



TARIA



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



PROJETO 1º GRAU
ASSUNÇÃO DE GASTOS
CARTÓRIOS DO INTERIOR



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



GT – MANUTENÇÃO PREDIAL - 2021

ASSUNÇÃO GRADATIVA DOS GASTOS DOS CARTÓRIOS DO INTERIOR A PARTIR DE 2022 – IMPLEMENTAÇÃO EM 5 ANOS



LOCAÇÃO DO IMÓVEL



LIMPEZA DO IMÓVEL



MANUTENÇÃO PREDIAL



SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA

336 CARTÓRIOS DO INTERIOR



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



EVOLUÇÃO



LOCAÇÃO DO IMÓVEL

- ▶ Até o presente momento, foram implementadas 10 locações de imóveis e outras 7 estão em fase final de negociação, com mudança prevista para julho de 2024 e/ou início de 2025.
- ▶ 44 cartórios do interior beneficiados

Estimativa de gasto anual = R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



EVOLUÇÃO



LIMPEZA DO IMÓVEL

- Foram disponibilizados 192 postos de limpeza para os cartórios eleitorais do interior.

Estimativa de gasto anual de R\$ 15 milhões



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



EVOLUÇÃO



MANUTENÇÃO PREDIAL

- Considerando a política de locação de imóveis pelo Tribunal, espera-se que a questão da manutenção predial tenha menor impacto, tendo em vista que serão exigidas as adequações das instalações físicas.
- Em razão disso o Tribunal irá reavaliar a forma de atendimento dessas demandas.

Estimativa de gasto anual – sem estimativa



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



EVOLUÇÃO



SEGURANÇA
ELETRÔNICA
MONITORADA

- Foram instalados monitoramento eletrônico de segurança em 52 locais em 2023, com previsão de avanço de mais 104 locais, sendo 52 em 2024 e mais 52 em 2025.

Estimativa de gasto anual de R\$ 1,6 milhão



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



ADOÇÃO DA DETERMINAÇÃO DO CNJ PELA JE

- Questionamos a Setorial Orçamentária do TSE, responsável pelo gerenciamento da elaboração da proposta orçamentária, a respeito da aplicabilidade da determinação do CNJ no âmbito da Justiça Eleitoral.



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO



F I M